



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO N°. :10830.000.253/94-45

RECURSO N°. :114.513

MATÉRIA :IRPJ - EX: DE 1993

RECORRENTE :AUTO POSTO PETROLEIROS LTDA.

RECORRIDA :DRJ EM CAMPINAS - SP

SESSÃO DE :10 DE JULHO DE 1997

ACÓRDÃO N°. :108-04.426

EMPRESAS REVENDEDORAS DE COMBUSTÍVEL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO - No cálculo do imposto mensal por estimativa, nas atividades de revenda de combustível, a base de cálculo do imposto de renda será determinada mediante a aplicação do percentual de três por cento sobre a receita bruta mensal, assim entendida como o produto da venda das mercadorias adquiridas para revenda.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **AUTO POSTO PETROLEIROS LTDA.**

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE

MARIA DO CARMO SOARES RODRIGUES DE CARVALHO
RELATORA

FORMALIZADO EM: 22 AGO 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JOSÉ ANTONIO MINATEL, MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR, CELSO ÂNGELO LISBOA GALLUCCI, JORGE EDUARDO GOUVÉA VIEIRA e LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA. Ausente, justificadamente, o Conselheiro NELSON LÓSSO FILHO.

62



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

**PROCESSO N°. : 10830.000253/94-45
ACÓRDÃO N°. : 108-04 . 426
RECURSO N°. : 114513
RECORRENTE : AUTO POSTO PETROLEIROS LTDA.**

R E L A T Ó R I O

Recorre a este E. Conselho de Contribuintes Auto Posto Petroleiros Ltda., contra a decisão proferida pelo Sr. Delegado da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campinas - SP, que julgou procedente o lançamento consubstanciado no auto de infração de fls. 18.

Refere-se a lançamento efetuado pela insuficiência de recolhimento do Imposto de Renda mensal, nos meses de Janeiro a Julho de 1993, com fulcro nos artigos 1º, 2º, 3º e 40, todos da Lei nº 8.541/92.

Impugnando o feito a contribuinte alega, em síntese, que estando sujeita ao recolhimento mensal pelo lucro real, optou pelo cálculo por estimativa e efetuou, nos meses de Janeiro a Julho de 1993, os recolhimentos considerados insuficientes pelo Fisco Federal.

Que esta diferença decorre da interpretação legal pleiteada pela empresa, dedicada ao comércio varejista de derivados de petróleo, de considerar a margem de remuneração para o segmento da revenda - fixada oficialmente pelo Governo Federal - como sua receita bruta.

Acrescenta que o entendimento adotado pelo fisco fere o princípio da isonomia, tendo em vista que os revendedores de derivados de petróleo estariam impedidos de proceder à opção facultada a todos, pelo cálculo por estimativa, uma vez que o preço total de venda dos combustíveis é composto por receitas de terceiros, que apenas transitam pelo patrimônio dos postos revendedores, não caracterizando a plena disponibilidade econômica ou jurídica de renda, hipótese de incidência do imposto em pauta.

Às fls. 63/65 encontra-se a decisão de primeira instância que consignou procedente o lançamento impugnado.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO N°. : 10830.000253/94-45
ACÓRDÃO N°. : 108- U4. 426

Cientificada desta decisão e com ela não se conformando, apresenta recurso voluntário, onde rebate os argumentos apresentados na decisão recorrida e persevera nas razões impugnativas.

Oferecendo contra-razões ao recurso, a Procuradoria da Fazenda Nacional propõe a manutenção do lançamento.

É o Relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "M. J. G." or a similar variation, is placed next to the typed text.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO N°. : 10830.000253/94-45
ACÓRDÃO N°. : 108- 04. 426

V O T O

Recurso tempestivo. Dele conheço.

Verifica-se do relato que a exigência decorre da falta do recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, relativo aos períodos de Janeiro a Junho de 1993, apurado pelo regime de estimativa, da contribuinte que tem como atividade principal a Revenda de Combustíveis e Lubrificantes.

A contestação aos autos está centrada nos dispositivos da Lei nº 8.541/92 e invoca os artigos que se destacam a seguir:

“ Art. 24 - No cálculo do imposto mensal por estimativa aplicar-se-ão disposições pertinentes a apuração do lucro presumido e dos demais resultados positivos e ganhos de capital, previstas nos arts. 13 a 17 desta Lei, observado ...”

O art. 14, caput, § 1º letra “a”, § 3º e § 4 dispõe:

“ Art. 14. A base de cálculo do imposto será determinada mediante a aplicação do percentual de 3,5% sobre a receita bruta mensal auferida na atividade, expressa em cruzeiros.

§ 1º - Nas seguintes atividades o percentual de que trata este artigo será de:

a) três por cento da receita bruta mensal auferida na revenda de combustível;

.....

§ 3º - Para os efeitos desta Lei, a receita bruta das vendas e serviços compreende o produto da venda de bens nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado auferido nas operações de conta alheia.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO N°. : 10830.000253/94-45
ACÓRDÃO N°. : 108-04.426

§ 4º - Na receita bruta não se incluem as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não cumulativos cobrados destacadamente do comprador ou contratante e do qual o vendedor dos bens ou prestador dos serviços seja mero depositário".

.....
(grifos nossos).

A despeito da clareza da norma inserida no dispositivo legal acima transscrito, no sentido de estabelecer a determinação da base de cálculo do imposto, conceituar a receita bruta e definir as parcelas que não integram a receita bruta para os fins da lei, defende a recorrente a tese de que, no caso das empresas revendedoras de combustíveis, o conceito da receita bruta deve ser tomado restritivamente como sendo a margem bruta de remuneração.

Com a sistemática introduzida pelo art. 23 da Lei nº 8.541/92, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão optar pelo pagamento do imposto por estimativa, observadas as regras estabelecidas no art. 14 da referida Lei.

A faculdade concedida pela lei condiciona-se à observância das regras impostas e a base de cálculo estabelecida no referido art. 14, como o próprio nome indica, é apenas uma base de cálculo, simplificada, provisória.

De acordo com o contido no art. 25 do citado diploma Legal, a pessoa jurídica que exercer a opção prevista no art. 23 da mesma lei deverá apurar o lucro real em 31 de dezembro de cada ano ou na data do encerramento de suas atividades. Contudo, se não estiver obrigada à apuração do lucro real, nos termos do art. 5º da citada Lei, a pessoa jurídica poderá, no ato da entrega da declaração anual ou de encerramento, optar pela tributação com base no lucro presumido.

A Lei nº 8.541/92, pretendeu dar tratamento diferenciado para o setor, considerando suas peculiaridades. Na letra "a" do § 1º do art. 14 estabeleceu, o legislador, novo percentual para fins de base de cálculo da tributação com base no lucro presumido; "três por cento sobre a receita bruta mensal auferida na revenda de combustível".



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO N°. : 10830.000253/94-45
ACÓRDÃO N°. : 10804.426

É verdade que, mesmo com o tratamento diferenciado concedido ao setor de revenda de combustível pela Lei nº 8.541/92, a tributação pelo lucro presumido não se tornou, em regra, atraente para as revendedoras de combustível. Tanto é que a Lei nº 8.981/95 com aplicação aos fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/95, estabeleceu novo percentual: "um por cento sobre a receita bruta auferida na revenda para consumo de combustível derivado de petróleo e álcool etílico carburante."

À primeira vista pode parecer que, de fato, a lei nº 8.541/92 não deu um tratamento isonômico às empresas revendedoras de combustível, assim entendido tratar desigualmente os desiguais na exata medida dessa desigualdade.

Contudo, algumas considerações merecem ser feitas.

A primeira é que, em se tratando de tributação simplificada, o legislador defere este tratamento àquelas pessoas jurídicas que não merecem grande controle por parte da administração tributária, portanto, é uma faculdade concedida ao contribuinte, posto que a Regra Geral de apurações do imposto de renda é com base no lucro real.

A segunda é que, a se admitir o entendimento da recorrente, ter-se-ia, aí sim, um tratamento altamente discricionário para com as empresas dos demais ramos de atividades, posto que a margem bruta de remuneração corresponde a um percentual irrisório da receita bruta.

Idêntico raciocínio se aplica à opção pelo pagamento do imposto mensal calculado por estimativa de que tratam os artigos 23 a 28 da Lei 8.541/92.

Diante das considerações acima expostas, conclui-se pela improcedência do recurso interposto e nesse sentido, voto por negar-lhe provimento.

Sala das sessões (DF), 10 de Julho de 1997.

CONSELHEIRA - MARIA DO CARMO S.R. DE CARVALHO - Relatora